

Fernando Molica

Justiça prende e Congresso solta

A mobilização de deputados e senadores para diminuir as penas dos que tentaram implantar uma nova ditadura no país sugere uma mudança naquela história de dizer que polícia prende e Justiça solta: desta vez, a Justiça prendeu, o Congresso é que quer apressar a volta de todos para casa.

O casuismo — a vontade de libertar Jair Bolsonaro e outros condenados — é tão grande que a maioria da Câmara e do Senado fingiu não ver o óbvio: a legislação que serviu de base para mandar tanta gente para a cadeia é recente, foi aprovada em 2021 pelo Congresso e sancionada pelo presidente hoje recolhido à Polícia Federal.

Boa parte dos parlamentares que também decidiram diminuir o tempo para a progressão do regime prisional dos golpistas (podem ser assim chamados por terem sido condenados em última instância) integra o grupo dos que reclamam de regalias de presos, que tanto pedem leis mais duras contra o crime, que travaram batalhas contra a chamada saidinha. Eles são duros com o crime dos outros.

Na prática, suas excelências revelaram que, para eles, existem dois tipos de criminosos: os desconhecidos e os amigos. Os primeiros devem ser punidos com todo rigor; merecem penas intermináveis, isolamento, comida de péssima qualidade, distância de qualquer benefício baseado em direitos humanos. Não exibem sinais de leniência nem com jovens menores de 18 anos.

Já os amigos sequer deveriam ter sido investigados, processados, denunciados, condenados e presos. São tidos como vítimas inocentes, pessoas que sequer cometem qualquer crime. Seus atos são encarados como menores, como se tramar um golpe de Estado fosse menos grave do que furtar um celular.

Não custa lembrar que, além de desrespeitarem o sagrado princípio do voto popular, ditaduras não oferecem flores aos seus adversários; necessariamente promovem assassinatos, sequestros, torturas e roubos (afinal, não há Justiça independente num regime autoritário).

Quem minimiza a tentativa de abolição do Estado de Direito e a tentativa de Golpe de Estado — dois crimes incluídos no Código Penal — absolve antecipadamente os crimes que seriam cometidos numa ditadura. Estabelece uma parceria com os porões, concede um habeas corpus preventivo para futuros assassinos e torturadores.

Não vale também usar a anistia de 1979 como justificativa. A lei aprovada e sancionada há 46 anos marcava o início do fim de uma ditadura; os anistiados, diferentemente dos atuais condenados e presos, não haviam tentado derrubar a democracia, lutaram contra o golpe que havia sido implantado em 1964. Anistiar quem lutou contra uma ditadura é diferente de anistiar quem tentou recriar o arbítrio.

Leis têm que ser impessoais, não devem ser mudadas ou adaptadas de acordo com os acusados de infringi-las. Claro que podem ser alteradas a partir da constatação de erros ou exageros em sua formulação ou aplicação, mas isso teria que ser feito com cuidado e respeito ao que foi decidido anteriormente.

Esse tipo de precaução é necessário até para não descharacterizar a gravidade de crimes que a legislação busca punir. Pela primeira vez em sua história marcada por golpes de Estado, o Brasil decidiu responsabilizar os que tentaram abolir a democracia, e essa conquista não pode ser abalada.

A punição aos culpados foi a maneira correta e legal de pacificar o país e de garantir tempos mais tranquilos.

Tales Faria

Tarcísio é aconselhado por chefes aliados a desistir da Presidência

Por coincidência, estão radicados em São Paulo os chefes da maior parte dos partidos aliados ao governador do estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Por exemplo: os presidentes do MDB, Baleia Rossi; do Republicanos, Marcos Pereira; do PSD, Gilberto Kassab; do Solidariedade, Paulinho da Força; e do PL, Valdemar Costa Neto.

A coluna apurou que a última pesquisa Genial-Quaest desencadeou entre eles a opinião quase unânime de que o governador deve desistir de concorrer a presidente da República e disputar a reeleição.

Motivo: o levantamento mostrou que Tarcísio está sendo atropelado pela possível candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Palácio do Planalto. O filho Zero-Um do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi escolhido pelo pai como seu candidato preferido.

Na pesquisa Genial-Quaest divulgada na terça-feira, 16, Flávio apareceu em segundo lugar nos seis cenários divulgados, ultrapassando Tarcísio, que até então disputava com a mulher do ex-presidente, Michelle Bolsonaro (PL), a preferência dos eleitores que não votariam no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O petista, no entanto, consta como primeiro colocado em todos os cenários.

Essa foi a primeira pesquisa Quaest após o anúncio do senador como candidato do pai. Mostra que o filho do ex-presidente pode impedir que Tarcísio chegue a um eventual segundo turno em 2026.

No cenário de primeiro turno, Lula tem 41%, contra

23% de Flávio Bolsonaro e 10% de Tarcísio. Uma diferença considerável que surpreendeu os aliados do governador.

No segundo turno, a pesquisa aponta que Lula atingiria 10 pontos percentuais de vantagem sobre ambos. Ele aparece com 46% das intenções de voto, enquanto o filho do ex-presidente registra 36%. Contra Tarcísio, Lula venceria com 45% ante 35%.

O resultado assusta a chamada "Faria Lima", ou seja, a elite financeira e corporativa do país que determina os humores dos agentes do mercado. Na terça-feira em que a pesquisa foi divulgada a Bolsa de Valores despencou mais de 2%, e o dólar, teve uma alta de 0,82%.

Tarcísio é o candidato predileto do mercado, enquanto Flávio, assim como todos os nomes do clã Bolsonaro, é considerado tóxico.

Assim como Jair Bolsonaro, o senador não tem um projeto de governo definido. O pai apoiou sua campanha a presidente na possibilidade de ser tutelado pelo economista ultraliberal Paulo Guedes, a quem nomeou ministro da Economia.

A Faria Lima atribui a Bolsonaro e ao bolsonarismo a dificuldade para implantação de qualquer projeto de governo.

Mas Tarcísio ainda mantém defensores de sua candidatura ao Planalto, especialmente entre seus auxiliares mais próximos. Estes defendem que o governador ultrapassaria Flávio Bolsonaro ao longo da campanha por simbolizar um projeto "mais nítido" e registrar menor rejeição nas pesquisas.

Dora Kramer*

Dosimetria, um conto do vigário

A aprovação no Congresso Nacional do projeto de lei que reduz as penas dos condenados por tentativa de golpe de Estado não apaga as seguintes distorções: o caráter casuístico da matéria, a deslavada troca de interesses entre governo e oposição, o atropelo do regime e a falsidade da alegação de que o gesto marcaria o início da pacificação entre as correntes radicalizadas do país. Mero conto do vigário.

O Congresso alterou a lei de execuções penais para beneficiar pessoas condenadas. Pretendeu, com isso, modificar decisões do Supremo Tribunal Federal, que ainda vai examinar o caso, mas a intenção do Legislativo atendeu a interesses de um grupo político. De oposição, mas com apoio do governo, cujo cinismo promete voto.

O Senado fez uma leitura marota do conceito de emenda de redação e ignorou os alertas de senadores mais responsáveis sobre os defeitos do texto. Houve um toma lá dá cá negociado na noite anterior à votação, mediante o qual a oposição garantiria votos para o aumento de fontes de arrecadação no valor de R\$ 20 bilhões.

Não há argumento pacificador capaz de se sustentar ante a seguinte clareza: não existe paridade de condições entre agressor e agredido. Os condenados desferiram ataques dos quais a institucionalidade se defendeu.

Não houve sinal de arrependimento da parte dos agressores, admissão de culpa ou de compromisso de não repetirem os atos de grave desobediência civil. Ao contrário, reivindicam o perdão como prova de que nada fizeram de errado.

Portanto, podem fazer de novo sem que nada de mais grave lhes aconteça. Haverá sempre uma condescendência à espreita para perdoá-los em nome de uma paz que não virá enquanto estiver em disputa a bandeira da hegemonia cultural e política.

Não haverá moderação possível no horizonte enquanto prevalecer a lógica da guerra entre os que não têm ferramentas nem DISPOSIÇÃO para depor as armas e construir ambiente propício a diálogos baseados em preceitos de natureza republicana.

*Jornalista e comentarista de política